

AREA TEMÁTICA: 4. HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E ECONOMIA INTERNACIONAL

O OCASO DO DESENVOLVIMENTISMO: UM DIÁLOGO COM CELSO FURTADO SOBRE A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL¹

Fábio Antonio de Campos²

Fernando Henrique Lemos Rodrigues³

Resumo

O processo de transnacionalização do capital é um fato irreversível do desenvolvimento capitalista mundial. Ocorre desde o período do pós-guerra, quando tendências do século XIX reemergiram no seio da Ordem Internacional definida em Bretton Woods. Esse processo afetou particularmente o Brasil e a América Latina com a chegada das Empresas Transnacionais (ETN). As ETN participaram ativamente da industrialização pesada – conceito de Prebisch (2000) revisto por Mello (2009) – na América Latina e tem um papel crucial para entender o sucesso do Desenvolvimentismo no Brasil. Durante o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek estabelece-se uma dinâmica complexa, ao mesmo tempo em que estabelece-se um longo processo de submissão da política econômica ao capital internacional. Retomando o conceito de “complexo multinacional” presente na tese de doutorado de Campos (2009), os autores relacionam transnacionalização e instabilidade estrutural, outro conceito presente nos trabalhos de Prado Jr (1966-1970), já destacado por Sampaio Jr. (1999). A apresentação e análise dos dados permite a formulação da pergunta central: como a transnacionalização do capital afeta o Brasil após o Golpe de 64? A resposta, segundo os autores, está fortemente ligada ao conceito de capital internacional. A obra de Celso Furtado após 1974 é a pedra angular para entender a relação entre transnacionalização do capital e ocaso do desenvolvimentismo. As ETN, responsáveis por estabelecer os vínculos entre os fluxos de capital internacional e o espaço econômico nacional em construção no Brasil, aceleram a inserção da economia na mundialização financeira. O artigo defende, portanto, que a

¹ Agradecemos ao apoio para a pesquisa vindo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Professor das Faculdades de Campinas (FACAMP). Doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), financiado pela FAPESP. E-mail: fcampos6@yahoo.com.br

³ Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutorando do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: fhlemos@gmail.com

transnacionalização do capital é a principal responsável pela interrupção da formação econômica do Brasil. A partir da síntese das principais contribuições de Furtado pode se organizar com clareza uma visão crítica sobre esse processo.

Palavras chave: Transnacionalização – Desenvolvimentismo – Celso Furtado

Abstract

The capital transnationalization process is a irreversible fact of international economy since the postwar period, when nineteenth century tendencies reemergies from the moviment beyond Bretton Woods. This process affect Brazil and whole Latin American Countries by the arriving Transnacional Corporation (TNC). TNC has token part in heavy industrialization – Prebisch (2000) concept and Mello (2009) review – of Latin America and has a crucial role in Brazilian's success in “develepomentism era”. In “Plano de Metas” (Kubitscheck 1956-61) the income of transnational companies takes up to a complex industrialization dynamic. However, at the same time, it defines a process of submission of Brazilian’s political economy to international capital. Resumptioning Campos' concept of “multinational complex”(2009), the authors linked transnacionalization and “estructural instability”, another concept that is present in Prado Jr.'s Works (1966-1970) and is sublined by Sampaio Jr.'s researches (1999). The data presentation and analisys is the key for draw a question: how capital transnacionalization affects Brazil after 1964 (post- militar *coup d'état* period)? The answer, according to the auctors, is strong related with the nature of international capital. Celso Furtado's Works (post-1974) are the most important basis for understanding the end of “developmentism era” and the role of TNC in this process. Transnational companies, says Furtado, are responsible for connect financial flood and national economic space building up in Brazil. Upon this reflection, our article aims to make explicit that the process of capital transnacionalization is the core of the Brazilian economic formation interruption. The study of Furtado's contribution makes posible a critical view of the process as whole.

Keywords: Transnacionalization – Develepomentism – Celso Furtado

1. Introdução

Diante da crise econômica internacional tem-se discutido a viabilidade de políticas de intervenção estatal e a mudança nos paradigmas analíticos como forma de recuperar o planejamento econômico, enfraquecido com o neoliberalismo. No Brasil, certas questões nacionalistas e políticas de caráter supostamente desenvolvimentista são ressuscitadas no

âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ou mesmo no tipo de intervenção estatal a ser utilizada para exploração das reservas petrolíferas do Pré-Sal.

Não obstante, o padrão de acumulação capitalista em curso foi oriundo de um processo de transnacionalização do capital que culminou em uma mundialização financeira (CHESNAIS, 1998), cuja uma das faces constitui-se em profunda crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009); em outra, numa desarticulação dos sistemas econômicos nacionais perante a fragmentação das bases de extração e realização de valor que relativiza o campo de ação das políticas nacional-desenvolvimentistas, revelando-as inclusive como anacrônicas. Em economias periféricas como a brasileira, tal processo impõe uma subordinação externa que se caracteriza por aprofundar sua natureza dependente e subdesenvolvida. A fase de internacionalização produtiva da economia brasileira nos anos 50 do século passado conectada à fase de endividamento externo dos anos 60 e 70 chancela essa condição, principalmente no que tange à crise da dívida externa a partir de 1982. O resultado desse momento foi o ocaso do desenvolvimentismo, tendo como intérprete privilegiado o economista Celso Furtado.

Em face de tais acontecimentos, nosso artigo defende que o enfraquecimento do projeto nacional em decorrência da evolução da internacionalização brasileira tem como determinante a crescente mobilidade que o capital internacional nos impõe. Tal processo está lastreado por uma mutabilidade nas suas formas de valorização que se iniciam com a expansão produtiva por meio do investimento direto estrangeiro (IDE) e se aprofunda no período de endividamento externo. O preço a ser pago nos dias de hoje pela internalização de estruturas transnacionais pode ser medido pela desorganização dos principais nexos que sustentavam a construção do sistema econômico nacional, tal como: o aprofundamento da subordinação institucional ao capital internacional; a quase extinção da discricionariedade na política macroeconômica; a manutenção da segregação social; e, a tendência à fragmentação nacional ocasionada pelo enfraquecimento do pacto federativo.

Com o objetivo de analisar o fenômeno à luz das concepções furtadianas, o artigo num primeiro momento caracteriza o fenômeno da transnacionalização no Brasil entre 1956 e 1982, dividindo-o em três etapas: internacionalização do mercado interno; sua relação com o endividamento externo; e, o fenômeno da estatização da dívida. Em um segundo momento, passamos à interpretação de Celso Furtado construindo a lógica interna de seus argumentos no

que refere a transnacionalização *versus* o sistema econômico nacional. O objetivo é, por um lado, através da obra do autor, apresentar o conceito de desenvolvimento e as razões da crise histórica de tal fenômeno, devido à ampliação da mobilidade do capital. De outro lado, buscamos delimitar o ocaso do desenvolvimentismo diante da transnacionalização. Por último, retomaremos as conclusões e faremos algumas considerações relacionadas à atualidade.

2. Transnacionalização e desenvolvimento capitalista no Brasil: o fenômeno

O fenômeno da transnacionalização do capital na economia brasileira tem origem no desdobramento da internacionalização produtiva provocada pela concorrência intercapitalista no centro do sistema. O processo começou com a internacionalização dos mercados internos por meio da grande empresa estadunidense estimulando a concorrência de suas congêneres na Europa Ocidental, sendo o caminho trilhado posteriormente pelas empresas japonesas (COUTINHO, 1975). Em busca de crescente rentabilidade como forma de defender suas taxas de lucro, essas empresas transnacionais (ETN) exportaram suas plantas produtivas e padrões de consumo para a periferia. Mas não só, exportaram também uma relação social definida pela implantação de novas forças produtivas (MICHALET, 1983) e por relações de trabalho inéditas que originaram a industrialização pesada no Brasil (MELLO, 2009).

No final dos anos 60, entretanto, a internacionalização sofreu uma transição de sua dominância essencialmente produtiva para uma dimensão crescentemente financeirizada, tendo no nascimento dos mercados *offshore* e na crise dos anos 70 o estopim para uma profunda mudança no padrão de acumulação capitalista identificada pelo aumento da internacionalização financeira e pela mutação de processos gerenciais, técnicos e produtivos. Abriu-se então, um período de mundialização financeira, em que a transnacionalização do capital significou um momento diverso daquele da internacionalização dos mercados internos, em que o capital internacional deixou de organizar-se por um regime centralizado de acumulação (REICH, 1994) que tinha na escala nacional sua estratégia de valorização. Agora, essa estratégia foi substituída por uma outra, em que tanto a geração quanto a realização de valor, passam a ter como referência uma escala global cujo dínamo move-se pela dominância financeira. A economia brasileira será alvo desta transição aprofundando sua dependência e abandonando a rota desenvolvimentista como veremos a seguir.

2.1 Capital internacional e fortalecimento dos mercados internos

A potencialidade do mercado interno brasileiro, caracterizada por uma expressiva massa da população com renda concentrada capaz de demandar produtos de alto valor unitário, constituiu-se o principal determinante de atração de IDEs na segunda metade dos anos 50 (Figura 1⁴). Essa atração também foi resultado do ponto de vista externo de uma estratégia de defesa de acumulação oligopolista imersa na concorrência imperialista. Internamente, ela representou uma associação dos interesses de acumulação das empresas transnacionais com a realização das políticas desenvolvimentistas enunciadas pelo Plano de Metas do Governo Kubitschek (CAMPOS, 2009).

Dessa fase de internacionalização resultou um salto para a economia brasileira na implantação das forças produtivas que permitiu a construção da sua indústria pesada. Tal façanha foi muito mais resultado de uma era de acumulação capitalista que tinha na escala nacional o eixo de acumulação, reconhecendo no território brasileiro uma rentável possibilidade de valorização de seus ativos, e daí a exigência de proteção das fronteiras nacionais, e de políticas macroeconômicas com certo nível de discricionariedade, além de regimes institucionais adaptados a esta ordem, do que da suposta virtuosidade planejadora do Estado desenvolvimentista personificado por alguns governantes.

Os requisitos para o ingresso de tais investimentos internacionais passam por conquistas de diferentes graus de liberdade tanto na sua entrada quanto na sua saída em forma de lucros. Dadas essas condições, os IDEs originados da Europa Ocidental seguidos pelos estadunidenses rumaram-se para os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis. O reflexo do ciclo de investimentos foi uma rápida e concentrada internalização de estruturas produtivas complexas, impondo uma diferenciação industrial na oferta de bens de consumo jamais verificada, além de gerar forte crescimento econômico. O ritmo de implantação dessas forças produtivas seguiu acima da capacidade de crescimento do mercado consumidor, e a oligopolização da economia doméstica respondeu ao mesmo tempo pela criação de novas necessidades de consumo.

Embora ao analisar a Figura 1 possamos observar que o saldo entre IDE e remessas totais foi positivo, girando em torno de US\$ 516 milhões (média anual) entre 1956 e 1967, é lícito supor que grande volume das remessas fosse ilegal e superasse tal valor, tanto por pagamento de *know-how* externo de filial para matriz, quanto por preços de transferência

⁴Para todas as figuras, verificar anexo estatístico, ao final do texto.

superfaturando importações e subfaturando exportações no âmbito do comércio intra-firma⁵. Além dessas evidências, o fato crucial para nossa análise é que mesmo o capital internacional tendo aprofundado o desenvolvimento capitalista brasileiro ao implantar novas forças produtivas e estabelecer relações sociais até então inéditas para a sociedade, engendrou novos meios para uma crescente mobilidade de sua valorização externa. Mais que impor a necessidade do país gerar divisas por saldo comercial ou por empréstimos externos para realizar os lucros na moeda de origem, essa condição resultou à economia brasileira uma incerteza estrutural⁶. Na verdade, a dinâmica dos investimentos estrangeiros cada vez mais sobredeterminariam as decisões internas, tendo sua razão de ser na capacidade de especular com as condições de rentabilidade do mercado local. No futuro, o capital internacional vai influir diretamente na política macroeconômica de modo a condicioná-la às suas próprias necessidades de valorização.

A mobilidade do capital internacional animada por sua volúpia de valorização externa não foi resultado da mera conquista reflexa de fora para dentro, mas complementada e organizada internamente por uma dupla articulação que tem, em segmentos do Estado nacional, burguesias internas, classe média e militares, sua lógica de associação. As frações internas de classe têm no parceiro internacional grandes oportunidades para sua acumulação, visto que resulta em grande lucratividade a seus empreendimentos, ou mesmo garante pactos políticos locais. Longe delas estarem munidas de um projeto de revolução burguesa clássica objetivando autonomia nacional ao rivalizar com as burguesias transnacionais ou solidarizar-se com as demandas populares, seu objetivo será ocupar o espaço político local, calibrando o nível de modernização a ser pretendido, por meio do controle estatal. Com isso, tais classes nativas viabilizam seus ganhos e controlam as massas populacionais ante o risco de depreciação de seus negócios, ao mesmo tempo em que preparam o terreno para as filiais estrangeiras desenvolverem suas atividades (FERNANDES, 2006).

Em síntese, as burguesias internas e outras frações de classes se articulam às ETN de modo a constituírem um complexo multinacional que superestimam os interesses privados em relação aos públicos⁷. Se na época de Kubitschek os objetivos desse complexo se alinhavam

⁵ Uma tentativa de mensurar tais remessas pode ser encontrada em MANTEGA, 1977.

⁶ O conceito de incerteza estrutural está definido em SAMPAIO Jr., 1999(a), a partir das leituras de PRADO Jr. 1966, 1970 e 1999.

⁷ A idéia de complexo multinacional está desenvolvida em CAMPOS, 2009 tendo como referência básica os seguintes autores: FERNANDES, 2006; DREIFUSS, R. 1981 e 1986.

com o governo, representados por grupos executivos de trabalho integrados ao cronograma do Plano de Metas, diante da crise econômica e social que se abriu no início dos anos 60 eles foram contrariados, sendo necessário encontrar uma saída por meio da ditadura militar como veremos a seguir.

2.2 Capital internacional e conexão com o sistema financeiro internacional

O esgotamento do ciclo de acumulação industrial do Plano de Metas gerou uma crise econômica de superacumulação por parte de setores de bens de consumo duráveis que sobrestimaram as bases do mercado interno; de outro lado, viu-se também uma crise de subinvestimentos em que setores de bens de capital e de bens intermediários se desenvolveram de maneira incompleta, ampliando a necessidade de importações de alto valor agregado, as quais eram imprescindíveis para reprodução sistêmica de várias cadeias industriais (SERRA, 1998). Derivou-se então uma crise de financiamento tanto pelo esgotamento dos IDEs como podemos ver no início dos anos 60 na Figura 1, quanto pela impossibilidade de manter o financiamento inflacionário expandindo o gasto público por meio de emissões monetárias primárias⁸. Baixo investimento, desaceleração do produto, estrangulamento cambial, déficit público e inflação foram assimetrias econômicas de uma crise mais ampla ecoada também por reivindicações populares e nacionalistas na época do Governo João Goulart, tais como: reformas tributária, educacional e agrária; renegociação da dívida externa; Lei de Remessas de Lucro; e, nacionalizações de empresas estrangeiras⁹.

O complexo multinacional do qual falamos, aliado à política externa estadunidense, via-se seriamente ameaçado em seus interesses, cujo problema se colocava por dois níveis. Em primeiro lugar, a mobilidade conquistada para entrada e saída de capitais estrangeiros estaria comprometida com a Lei de Remessa de Lucro de 1962, visto que ela criava, ou mesmo ressuscitava pressupostos varguistas, por meio de um código de registro de IDEs conforme as necessidades da economia nacional, assim como proibia as remessas a partir dos reinvestimentos de lucro, podendo remeter apenas do capital inicial ingressado. Em segundo lugar, a crise também colocava para o complexo multinacional a necessidade de ampliar seu espaço de mobilidade por meio da conexão direta das filiais estrangeiras à grande oferta de liquidez dos mercados *offshore* originados no Euromercado. Utilizando-se da conspiração

⁸ O efeitos da crise e sua relação com a economia brasileira estão descritos em PEREIRA, 1974.

⁹ Sobre a polarização social neste período e o nacionalismo nos meios políticos da época ver: GENNARI, 1999 e TOLEDO, 1991. Uma análise do sentido do Golpe de 1964 pensado na longa duração pode ser vista em LIMA FILHO, 2007.

como estratégia política, o complexo multinacional por meio do Golpe de 1964 conquistaria os dois objetivos de uma só vez.

Senão vejamos. Por de trás da face autoritária e centralizadora do governo militar, a reforma financeira do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) realizou mudanças significativas no regime institucional de câmbio que permitiram ampliar as condições para maior mobilidade das ETN e, por sua vez, aprofundar nossa dependência externa. Dentre elas, destacamos as seguintes: a)- Liberação de remessas de lucro a partir do capital inicial e do reinvestimento¹⁰; b)- Tributação progressiva das remessas de lucros e dividendos quando superasse os 12%. Para remessas de juros e amortizações, contudo, não havia limite¹¹; c)- Acordo bilateral com os EUA para incentivar os IDEs¹²; d)- Autorização de intermediação direta e simplificada para a filial estrangeira captar empréstimos externos no sistema financeiro internacional¹³; e)- Autorização para intermediação de créditos externos para empresas nacionais, utilizando-se de bancos de investimentos e instituições financeiras estrangeiras¹⁴.

Essa liberalização cambial viabilizou um novo ciclo de financiamento externo, sobretudo a partir do final dos anos 60 com aumento expressivo dos IDEs (Figura 1) e dos empréstimos externos. Por um lado, tal medida permitiu financiar a expansão da economia brasileira nos anos do “Milagre Econômico” (1968-73) mediante financiamento do consumo das famílias de médio e alto poder aquisitivo e do capital de giro das grandes empresas. Tal expansão esteve lastreada na estrutura produtiva preexistente (criada na época de Kubitschek), tendo como particularidade, entretanto, a expansão vertiginosa da dívida externa e a submissão da política macroeconômica ao complexo multinacional¹⁵.

Nesse sentido, durante o período de 1968 e 1973, 54% dos empréstimos externos brasileiros tinham como tomador a filial estrangeira. Como mostram os dados da Figura 2, os credores do total de empréstimos externos tinham na corporação não-financeira privada participações elevadas, o que sugere que grande parte desses recursos eram efetivados na relação matriz-filial.

¹⁰ Lei 4.131/62 modificada pela L4.390/64.

¹¹ D55.762/65.

¹² D55.943/66.

¹³ Instrução do 289/65 da SUMOC.

¹⁴ Resolução 63/67 do BACEN.

¹⁵ Segundo dados do IBGE de 2005 a dívida externa bruta brasileira saiu de um patamar de US\$ 2,7 bilhões em 1956 para 3,8 em 1965; 14,8 em 1973; chegando a 85,4 em 1982.

As subsidiárias tiveram vantagens na captação desses recursos, como forma de remessas de lucro disfarçadas, e no aprofundamento de seu poder oligopólico interno. Se para remessas de lucro havia certo controle com os impostos progressivos, para juros e amortizações remetidos não, o que permite entender essa forte intermediação financeira buscada pelas filiais. Tal como mostra a Figura 2, em 1968, 85% das operações de empréstimos externos tinham como objetivo o capital de giro das empresas; 76% da instituição devedora era filial estrangeira, e 54% dos credores (70% em 1966) eram corporações não-financeiras privadas. Em valores absolutos, somente para o ano de 1972 os empréstimos das filiais estrangeiras chegavam perto de US\$ 1,5 bilhão¹⁶.

Dado que tanto os novos IDEs, quanto o empréstimo externo, financiavam apenas o consumo corrente e o capital de giro das empresas, ou mesmo a compra de participações de empresas brasileiras que resultaria em um forte movimento de desnacionalização, as forças produtivas não avançavam em encadeamentos mais complexos dotando a indústria pesada de uma maior evolução. O intenso endividamento no período tinha uma razão eminentemente financeira, em que o acúmulo de reservas impulsionava um movimento de especulação interna com ativos não monetários (títulos indexados), segundo os quais funcionavam como uma forma de comprimir os meios de pagamentos. A oferta desses papéis, por sua vez, provia os setores mais concentrados da economia, ou seja, a grande empresa, que aumentaria sua posição credora da dívida pública. Assim, a ditadura militar, ao permitir o acesso da empresa multinacional aos empréstimos externos ofertados a custos decrescentes pelo sistema financeiro internacional sem passar por um crivo de controle das autoridades monetárias locais, fez por aprofundar duplamente a autonomia do complexo multinacional sobre os centros internos de decisão. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que as filiais obtinham recursos de fora, como forma de remunerar lucros disfarçados em juros para suas matrizes, era possível aumentar continuamente sua propriedade e a das grandes empresas privadas internas sobre os títulos públicos, em que o governo se tornava cada vez mais endividado e dependente ao perseguir medidas antiinflacionárias (DAVIDOFF CRUZ, 1999; PEREIRA, 1974).

2.3 Capital internacional e estatização da dívida externa

¹⁶ Para uma análise ampla sobre o tema ver DAVIDOFF CRUZ, 1999.

Em meados dos anos 70, o desenvolvimento capitalista brasileiro teve como desafio manter o crescimento industrial procurando impor uma diversificação produtiva, bem como mover a política econômica de modo a superar os constrangimentos da crise mundial. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do Governo Geisel, que tinha na implantação de novas indústrias de bens intermediários e de bens de capital a maior prioridade, tentaria enfrentar esses desafios. Dispôs-se então de um planejamento intra e intersetorial tendo a empresa estatal papel nuclear. Assim, criaram-se novos instrumentos de controle e transferência tecnológica, além de desenvolver canais internos de financiamento por meio de fundos setoriais subordinados ao BNDE. Um dos grandes problemas foi assumir um nível de centralização pública se sobrepondo aos interesses privados do complexo multinacional, tendo por base um padrão financeiro extremamente dependente do financiamento externo. Nesse momento, abriu-se também um novo ciclo de internacionalização produtiva por meio de IDEs de origem japonesa, seguido por estadunidenses e europeus, com vistas a explorar recursos naturais destinando ao mercado externo (Figura 1).

Com raras exceções, como no caso da aviação ou de alguns ramos de máquinas e equipamentos, a centralização estatal teve diversas dificuldades de se firmar. Em primeiro lugar, a forma de articulação dos setores industriais tinha sua dinâmica definida ainda pela internacionalização dos mercados internos, cujo controle vinha das filiais estrangeiras do setor de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Mesmo as novas empresas estrangeiras que ingressaram, tiveram alguns projetos abandonados e outros só iriam amadurecer em meados dos anos 80. Em segundo lugar, a possibilidade de desenvolver capacidade tecnológica autônoma usufruindo de uma possível subordinação da ETN às *joint ventures* não foi possível diante do longo prazo de maturação em investimento em ciência e tecnologia, ou mesma na dificuldade de forçar a filiais transferirem *know-how* para as empresas locais, uma vez que estas se submetiam a cronogramas e padrões de eficiência vindos de fora sem capacidade ou interesse de sobrepor-se. Por último, temos a questão da dependência do financiamento externo, que se tornou a mais problemática de todas com a estatização da dívida externa.

O fenômeno da estatização da dívida externa no Brasil deve ser entendido dentro de um período adverso que não se constitui como mera crise do petróleo, senão uma crise estrutural do capitalismo que incide sobre o sistema monetário; os novos campos de acumulação por meio de transformações no modo de concorrência intercapitalista; em seus processos produtivos e gerenciais; na utilização de força de trabalho; e, na exigência do capital de um

maior grau de mobilidade para a valorização financeira. Desse modo, o impacto que essa crise tem numa economia periférica como a brasileira necessariamente transforma e modifica a ação e as condições de acumulação das ETN aí instaladas. Nesse sentido, a primeira reação das filiais estrangeiras no Brasil foi assumir um movimento de desendividamento externo, estimulado por suas matrizes. Conforme podemos observar na Figura 3, os empréstimos externos das filiais estrangeiras, nos termos da Lei 4.131, saíram de um patamar de 50,8% do total em 1974 para 42,5% em 1977 e chegaram a 16,8% em 1979.

Em termos conjunturais, tal crise se expressava pelo primeiro choque do petróleo inicialmente, que significava a superfície de uma crise estrutural profunda que influía diretamente no reposicionamento estratégico do capital transnacional. Internamente, o governo brasileiro tentou reverter essas expectativas negativas, impondo um diferencial de juros atrativo para a empresa privada. Promoveu também uma política de proteção a perdas cambiais, em que as empresas, por meio da Circular 230 de 1974 e da Resolução 432 de 1977, poderiam depositar os cruzeiros no Banco Central, os quais seriam protegidos de desvalorizações crescentes de modo a garantir certa estabilidade para a tomada de novos recursos externos.

No entanto, o resultado foi outro, visto que as filiais passaram a depositar cruzeiros para saldarem suas dívidas passadas, sem contrair novas em dólares, e o Banco Central assumiu tais passivos em moeda estrangeira, impulsionando a estatização da dívida. A crise mundial persistiu e as condições benéficas até então determinadas pelo Euromercado por meio de juros baixos, *spreads* reduzidos e amortizações alongadas esgotaram-se, fazendo com que o sistema financeiro internacional não sancionasse mais as necessidades de importação nas magnitudes requeridas pelo II PND. O papel de tomador de créditos externos para rolagem da dívida foi ficando cada vez mais a cargo da empresa estatal, que seria forçada a se endividar externamente pelo governo, transformando-se em um instrumento de ajuste macroeconômico.

Com a retomada da hegemonia estadunidense por meio da elevação abrupta de sua taxa de juros e da valorização do dólar, as condições de refinanciamento da dívida externa brasileira tornaram-se muito difíceis, esgotando-se com a moratória mexicana em 1982. A política econômica brasileira passou do papel de indutora do processo de substituição de importações ao de submissa ao ajuste recessivo imposto pelo FMI dentro das exigências dos programas de negociação da dívida.

Assim, impôs-se uma política drástica de transferência de recursos líquidos reais ao exterior, em que seria necessário contrair radicalmente as importações e gerar sucessivos saldos comerciais, de modo a ofertar divisas em moeda forte para pagamentos de juros e amortizações da dívida externa. A política de ajuste sob tutela do FMI significava – além de medidas como contração creditícia, elevação de juros, severos ajustes fiscais, redução da expansão monetária –, em termos estruturais, o encerramento da era desenvolvimentista¹⁷.

Tal processo implicava reversões rápidas do complexo multinacional que tinha na empresa estrangeira seu principal orientador, fazendo da política macroeconômica refém de seus desejos que agora passavam por aplicações na dívida interna pública, generosos subsídios às exportações ou à compra de insumos intermediários de empresas estatais, e ainda, incentivos à conversão da dívida externa em IDEs. Eis o ocaso do desenvolvimentismo, que na obra de Celso Furtado se explicita de forma seminal.

3. Lições a partir da obra de Celso Furtado

3.1 Sistema econômico nacional e seus requisitos

A fim de avançarmos na interpretação do processo de transnacionalização na economia brasileira, temos por pressuposto que a formação de espaços econômicos nacionais sob a expansão do capitalismo é o ponto de partida da análise de Celso Furtado. Nesse processo, a introdução de progresso técnico e o avanço material – consequências das tensões oriundas das relações capitalistas de produção – só são generalizadas ao conjunto do sistema em condições muito específicas, onde a luta de classes origina a difusão de certos padrões mínimos de consumo para a coletividade. Em determinados locais, quando o tempo histórico e a consciência de nação se formam a serviço de um conjunto de valores estabelecido pela coletividade, pode-se identificar a ocorrência do desenvolvimento. Nesse sentido, a última ideia está vinculada à libertação do homem para o exercício de sua criatividade sem as preocupações típicas de situações em que está premido por óbices materiais (FURTADO, 1974, cap. 1).

Exige-se a união e o esforço além dos interesses exclusivistas de uma única classe social para que tais condições excepcionais se consolidem. Via de regra, somente para a superação de adversidades que colocam em xeque a sua própria existência, os diferentes grupos sociais

¹⁷ Sobre esse tema ver SAMPAIO Jr., 1988.

unem-se em torno a um projeto nacional, liderados por uma elite (FURTADO, 1992, cap. 1). A construção de um Estado e suas instituições garantirá a concretude e a transmissão ao longo do tempo da cultura que acicata o tecido social. Conclui-se que o projeto nacional é a ideologia em que os objetivos de homogeneização social e integração de determinado território tornam-se as prioridades fundamentais do destino do excedente gerado na acumulação de capital (FURTADO, 1981(a), cap.1).

A viabilização de um sistema econômico nacional – entendido como forças produtivas que se desenvolvem a serviço da afirmação do Projeto – é um requisito indispensável para tornar endógena a reprodução do desenvolvimento. De um lado, a implantação do setor de bens de produção e de seus canais de financiamento específico possibilitam o crescimento da riqueza material do conjunto. De outro, a partir do comando da industrialização pesada é que se permite assegurar a generalização dos frutos de seu adjacente progresso técnico. O controle de centros internos de decisão (instrumentos de gestão autônoma do câmbio, crédito e orçamento) é indispensável para que o Estado fomente e dirija a industrialização (FURTADO, 2009, p. 31).

A interpretação de Furtado identifica, com precisão, os motivos e o momento da oposição incontornável entre desenvolvimento nacional e transnacionalização do capital. Leva-se, com esse processo, a elevação da mobilidade na acumulação às últimas consequências para o alcance da rentabilidade em grande escala. Destarte, a autonomia relativa do capital e a hegemonia de seus interesses dentro do aparato estatal solapam constantemente as bases necessárias para estabelecer mecanismos de controle sobre a esfera econômica. Erguem-se, pois, barreiras intransponíveis à materialização de um sistema econômico nacional.

3.2 Transnacionalização, euromercado e hegemonia dos EUA: o movimento

A rigor, somente se pode afirmar uma unidade na interpretação de Celso Furtado sobre a expansão internacional do capital a partir de **O Mito do desenvolvimento econômico** (1974). É nessa obra que se consolida a interpretação de que o fenômeno da transnacionalização – entendido como a perda do referencial nacional nas decisões capitalistas de gasto – é uma tendência irreversível (FURTADO, 1974, p. 56) que condicionará o processo histórico de desenvolvimento no sistema capitalista mundial (IDEM, IBIDEM, p.

52). Para o autor, o reforço do poder das ETN¹⁸ é o principal fator de explicação do significativo crescimento do Pós-guerra e, ao mesmo tempo, o foco da crise em que se encontra a economia mundial (IDEM, IBIDEM, p.55).

A ETN tem, ao mesmo tempo, uma dupla identidade: a) são unidades de capital com uma racionalidade bastante simples: valorizar o capital; e b) uma fonte de poder: controlam a geração de progresso técnico (IDEM, IBIDEM, p.56). Como qualquer unidade de capital colocará seu poder a favor da ampliação de sua rentabilidade. No entanto, ao fazê-lo, terá capacidade de executar sua estratégia sem se subordinar a valores determinados nacionalmente. Os impactos de sua atuação em diferentes áreas geográficas influenciarão: a) o ritmo de crescimento da riqueza (produto); b) o resultado líquido da acumulação de capital (investimento); c) a inserção e o financiamento em moeda internacional e o resultado do balanço de pagamentos (taxa de câmbio); d) as condições de crédito (taxa de juros); e) a geração e a destruição de empregos.

Estruturas mais sofisticadas das formas produtivas do capital, as ETN conseguem elevar a rentabilidade de seus investimentos através de dois movimentos: a) a redução do trabalho-vivo; b) a ampliação da mobilidade do capital (FURTADO, 1976(b), p. 102). Resultam dessas ações, a intensificação do progresso tecnológico e a exacerbação da dimensão financeira da acumulação (FURTADO, 1974, p. 65), que acarretam na concentração e centralização do capital. Desse modo, a transnacionalização é uma decorrência do avanço do sistema capitalista (FURTADO, 1976(b), p. 101).

O movimento acima descrito ganha um combustível extra no Pós-guerra: apesar das motivações fundamentalmente econômicas, a expansão das ETN é aceita sem maiores restrições ao garantir a exportação das relações sociais de produção capitalistas, em um contexto de disputa hegemônica entre EUA e URSS (FURTADO, 1974, p.59). Apoiadas nesse contexto, a reconstrução e unificação européia, assim como a reconstrução japonesa são o campo mais fértil do movimento de transnacionalização (FURTADO, 1984, pp. 84-88). A concorrência intercapitalista trataria de generalizar no Centro, a mesma forma organizacional complexa oriunda dos EUA. Desse modo, não resta à política econômica dos países centrais, senão a sua adaptação às estratégias das ETN, em uma clara inversão de papéis no processo de desenvolvimento (FURTADO, 1974, p. 55):

¹⁸ Em toda a obra do autor, o termo é utilizado pela primeira vez em FURTADO, 1976(a), p. 337. O livro em tela é uma nova redação de FURTADO, 1969.

As tensões oriundas desse processo são inúmeras. Donde se destacam o desemprego e a instabilidade macroeconômica como os dois sintomas principais da crise da transnacionalização do capital (FURTADO, 1976(b), p. 115). Como dissemos, a própria forma de expansão das ETN acarreta tais sintomas e seu fortalecimento significa, a partir de certo momento, a exacerbação dessas tendências deletérias. A perda de controle dos sistemas nacionais sobre a ação das corporações em questão torna-se aguda quando os mercados bancários transnacionais passam a prover de maneira ilimitada a liquidez necessária as suas diferentes atividades, elevando ao máximo as possibilidades de mobilidade do capital internacional (IDEM, IBIDEM, pp. 76, 78 e 80). Libertam-se, assim, as ETN dos mercados de créditos locais¹⁹. O auge dos bancos *offshore* corresponde ao exato momento em que se torna irreversível a crise dos sistemas econômicos nacionais.

Com o acréscimo dos preços do petróleo e a aplicação dos recursos obtidos com a alta no Euromercado, a crise dos marcos nacionais pelo aumento da mobilidade do capital afeta a própria economia estadunidense. O Euromercado evolui, atingindo tanto atividades especulativas de curto prazo quanto investimento de longo prazo e questiona cada ponto da política econômica (FURTADO, 1976(b), p. 108; IDEM, 1982, p.118-9). A resposta do governo dos EUA, inspirada no monetarismo da Reserva Federal e no belicismo como pilar dinâmico do tecido industrial serão os pontos de partida para a agudização da crise estrutural do capitalismo. A hegemonia financeira e a consolidação do dólar como moeda de referência na economia mundial acarretam o aprofundamento dos principais sintomas oriundos da própria ação das ETN: o desequilíbrio dinâmico das principais variáveis macroeconômicas (câmbio, juros, investimento, emprego).

A perda de controle sobre a política econômica nas diferentes economias capitalistas que marca profundamente o último quartel do século XX explicita a fragilidade básica da ordem do pós-guerra para Furtado: enquanto desenham-se instituições políticas transnacionais como coadjuvantes das políticas construídas dos Estados nacionais, as forças econômicas colocam o referencial transnacional como o marco referencial de suas estratégias. Diante disso, “as modificações políticas causadas pelo segundo conflito mundial conduziram à integração das economias capitalistas industrializadas, reduzindo a capacidade reguladora dos estados nacionais, e aumentando a autonomia de ação das grandes empresas” (FURTADO,

¹⁹ Segundo FURTADO, 1976(a), p.225, a mobilização de recursos locais era a principal forma de financiamento das ETN durante os anos 50 e 60.

1987, p. 10). A hegemonia dos EUA seria um subproduto desse movimento porque é com: a) o apoio da liderança estadunidense nas políticas de segurança, de liberalização comercial e financeira; e b) a consolidação do dólar como dinheiro mundial (FURTADO, 1974, p. 56), que se construirão as estratégias dos conglomerados econômicos transnacionais²⁰.

3.3 Transnacionalização e ocaso do desenvolvimentismo

A crise da economia brasileira dentro do quadro da transnacionalização do capital decorre do momento tardio de sua industrialização (FURTADO, 1974, p. 81; IDEM, 1982, p. 121). O processo de diversificação das atividades produtivas que se apoiou no mercado interno como centro dinâmico e promove o início da construção dos centros nacionais de decisão entra em sua fase decisiva – a industrialização pesada – exatamente no momento em que a acumulação capitalista perde seus referenciais nacionais (FURTADO, 1982, p. 20). Esse fato exigirá um duplo movimento para viabilizar o desenvolvimento em países periféricos: a concomitante constituição de mecanismos de controle nacional e regional / internacional sobre a esfera econômica durante o processo de industrialização (FURTADO, 1976 (a), p. 226 e 338; IDEM, 1976(b), p. 115). Em outros termos: o projeto nacional deverá ser definido com maior clareza e agilidade, servindo como base para o planejamento global da economia, a partir das necessidades da periferia (FURTADO, 1976(b), p. 109).

Contraditoriamente, a situação latino-americana – a qual a experiência brasileira não configura uma exceção – demonstra que a direção tomada foi a diametralmente oposta. Na Periferia, a direção das ETN sobre os processos econômicos foi amplificada. Por consequência, os seus efeitos deletérios foram agravados. Ademais, cristalizou-se a dependência e instaurou-se o círculo vicioso do subdesenvolvimento (FURTADO, 1974, p. 67; IDEM, 1976(b), p. 131).

²⁰ Segundo FURTADO, 1987, p.256, a crise que se desenha por todo o pós-guerra e se arrasta até os dias atuais pode ser sintetizada nos seguintes termos: “um sistema econômico é essencialmente um conjunto de dispositivos de regulação, voltados para o aumento da eficácia no uso de recursos escassos. Ela pressupõe a existência de uma ordem política, ou seja, uma estrutura de poder fundada na coação e/ou no consentimento. No presente, a ordem internacional expressa relações, consentidas ou impostas, entre poderes nacionais, e somente tem sentido falar de racionalidade econômica se nos referimos a um determinado sistema econômico nacional. A suposta racionalidade, mais abrangente, que emerge no quadro de uma economia transnacionalizada, não somente é de natureza estritamente instrumental, como também ignora custos de várias ordens internalizados pelos sistemas nacionais em que ela se insere. Em realidade, a empresa transnacional não passa de um corte horizontal nas estruturas nacionais de poder, cuja capacidade de auto-regulação é, em consequência, reduzida. Sua única legitimidade se funda no fato de que os serviços que ela opera aumentam a eficiência dos sistemas nacionais em que opera”.

No Brasil, o ocaso do desenvolvimentismo inicia-se após o Golpe de Estado de 1964. A desregulamentação sobre a ação das ETN, conforme já visto, permite o incremento da mobilidade do capital, permitindo tanto a remessa de lucros com menor controle, quanto o endividamento externo (FURTADO, 1982, cap. 1). A mobilidade ampliada para as ETN não era novidade, uma vez que na segunda metade dos anos 50, situação semelhante havia ocorrido, de acordo com o que já alertamos. A desnacionalização das atividades inclusive foi resultado comum aos dois momentos, por razões diversas (FURTADO, 1976(a), p. 226). Para Furtado, o efeito das políticas desenhadas internamente forçava a transnacionalização precoce e potencializava seus efeitos nocivos. Isso significa, na Periferia, um processo de aumento da concentração de renda – principal forma de garantir a criação de mercados para produtos de elevado componente tecnológico em economias de baixa renda *per capita* – aliado à intensificação do desemprego e da instabilidade macroeconômica (fenômenos também observados no Centro) (FURTADO, 1974, p. 43).

Se de um lado, a exigência de grandes escalas, de acesso à tecnologia e financiamento específico colocaram a ETN como veículo de mais rápida viabilização da industrialização pesada no Brasil, de outro, ao se libertar dos canais de financiamento locais, tais corporações – que, como vimos, impedem a formação de sistemas econômicos nacionais – se vêem aptas para impor um padrão de crescimento em que reforçam sua posição estratégica e subordinam instituições e a política econômica (FURTADO, 1982, p. 29). É através da conexão das ETN com o Euromercado que chegamos a esse ponto. Cristaliza-se um pseudo-desenvolvimento, com forte tendência ao consumismo e apoiado em uma nova camada social, semi-integrada à modernização dos estilos de vida, definidos a partir do Centro (FURTADO, 1974, p. 68).

É também na obra **O Mito do desenvolvimento econômico** (1974) que Furtado consolidará que o subdesenvolvimento é um fenômeno derivado da persistência do colonialismo cultural das elites (SAMPAIO Jr., 1999(a), p.14). Decorrem desse comportamento a postura liberal quanto às ETN e a formulação de um arranjo institucional favorável à sua atuação.

O desenho de centros de decisão está a serviço da transnacionalização do capital, que requer mobilidade crescente. Em síntese, as ETN conseguem, a partir de 1964, determinar os principais objetivos (concentrar renda e amplificar o endividamento externo) e instrumentos de política econômica no Brasil (FURTADO, 1982, p. 26). Desse modo, criam-se as condições para que as ETN aproveitem-se da relação estreita entre os circuitos monetários e

produtivos do Centro para alavancar suas atividades com créditos do Euromercado de moedas.

Como as vendas no mercado interno e a ampliação das exportações eram suficientes ao financiamento da acumulação interna e a remessa de lucros, o endividamento externo serve para propósitos predominantemente especulativos. As ETN tornam-se as principais detentoras de títulos públicos indexados como observado anteriormente (FURTADO, 1981(b), p. 51; IDEM, 1982, pp. 23-4). A construção de políticas favoráveis à atuação indiscriminada das ETN evoluiu para a perda de controle do sistema econômico. A transnacionalização do capital chega ao auge, assim como se encontra no nível mais profundo a crise da formação econômica do Brasil.

À medida que avança o endividamento, as economias periféricas devem submeter-se a uma crescente internacionalização de seus circuitos monetários, financeiros e comerciais. Sempre que o serviço da dívida externa aumenta mais que o valor das exportações, os recursos financeiros obtidos no exterior tendem a assumir a forma de créditos compensatórios. Ora, o crescimento da dívida, nestas condições, pode ter o mesmo efeito que o aumento de reservas monetárias, gerando liquidez em moeda local sem contrapartida real. Para limitar o impacto inflacionário dessa injeção de liquidez, os Bancos Centrais emitem títulos suficientemente atrativos para serem absorvidos pelo mercado local de capitais. Como o próprio serviço da dívida interna é atendido com novos títulos, a massa destes tende a crescer. A partir de certo ponto, a possibilidade de levar a uma autêntica política de Mercado Aberto se reduz ou desaparece. Ademais para que os Bancos e / ou empresas possam captar recursos financeiros no exterior – recursos que são em grande parte utilizados pelos Bancos Centrais em operações compensatórias – faz-se necessário manter taxas de juros mais elevadas do que as que prevalecem no mercado financeiro internacional. Por último, a política de câmbio tem que seguir uma rigorosa indexação, para que a taxa de juros seja real, e deve ter em conta que toda a depreciação da moeda acarreta custos financeiros para as empresas endividadas no exterior. A tendência, portanto, é no sentido de perda de autonomia das autoridades monetárias e da redução do alcance dos instrumentos de política econômica (FURTADO, 1982, p.126).

3.4 Crise da transnacionalização e perda da identidade nacional

A execução de políticas recessivas, chanceladas pela exígua superestrutura política transnacional, reforçada para defender os interesses dos EUA e, por essa via, reduzir os impactos da crise que marca os anos 80 sobre a transnacionalização do capital (em suas diferentes dimensões) culminam em uma nova dependência (SAMPAIO Jr., 1999 (b), p. 440). A nova fase se diferencia da primeira, pois a expansão do mercado interno, centro dinâmico da acumulação, deixa de ser o motivo principal do planejamento econômico. A reciclagem do endividamento externo passa ser a prioridade, em um movimento que beneficia o capital internacional, drenando recursos locais para o Centro. “Por todas partes [da Periferia] a evolução se fez em um mesmo sentido de um maior imbricamento com as finanças internacionais e de esvaziamento do Estado em sua capacidade de controle e direção da economia” (FURTADO, 1982, p. 128).

As ETN que desde os anos 70, como visto, constroem plataformas exportadoras irão se beneficiar de subsídios cambiais, creditícios e fiscais para gerar um saldo em transações correntes, às expensas do crescimento econômico (FURTADO, 1974, p. 49; IDEM, 1982, p. 126). A desarticulação do esquema de crescimento e modernização dos padrões de consumo que legitimava a expansão do capital internacional origina uma convulsão econômica. Seus principais sintomas são a crise cambial permanente, a aceleração da inflação e o desequilíbrio financeiro do setor público.

A unidade do território – única herança colonial positiva – tinha se afirmado a partir da organização do mercado interno e sua expansão, agora, era colocada em risco. A estratégia macroeconômica, resultado das pressões do capital internacional, favorecia a inserção externa em clara posição de fragilidade. “A crise atual tem esse aspecto nem sempre percebido: ela ameaça o processo de formação da nacionalidade brasileira, processo que comporta a criação de um sistema econômico integrado a partir de uma constelação de unidades agrário-exportadoras originariamente sem muitos vínculos econômicos entre si. O desenvolvimento de um mercado interno foi fator decisivo no processo de formação de muitas das grandes nações modernas, particularmente daquelas constituídas de contingentes étnicos heterogêneos, como é a nossa. Se nossa economia vem a ser dominada pela lógica da inserção internacional, a idéia de nacionalidade poderá desvanecer-se em benefício de interesses regionais, ou mesmo setoriais, e de grupos privados nacionais ou dirigidos do exterior” (FURTADO, 1989, p. 60-1).

O colonialismo cultural orientou o processo de industrialização brasileira em um momento de crise dos sistemas econômicos nacionais. Tal comportamento exacerbou as tendências nocivas desse processo, ainda que permitisse algum dinamismo. Se no Centro a crise do referencial nacional colocava em risco o desenvolvimento, na Periferia impedia a ocorrência desse processo. A transnacionalização do capital, que favoreceu a semi-integração de uma parcela da população brasileira aos modernos padrões de consumo, traduziu-se para uma economia subdesenvolvida em risco à sua própria existência. A crise causada pela divergência das velocidades de integração da base econômica e da superestrutura política é, portanto, agravada na Periferia. Não há dúvidas, portanto, da incompatibilidade entre dependência cultural – potencializada pela ampliação da mobilidade do capital internacional – e a formação econômica do Brasil.

4. Considerações finais

O fenômeno da transnacionalização do capital na economia brasileira, enunciado pelas lições furtadianas, constitui a causa do ocaso do desenvolvimentismo iniciado em 1964 e concluído no limiar dos anos 80. Esse momento expôs a crise do desenvolvimentismo no país, cuja crise da dívida externa brasileira representa um marco. Mais que uma mera crise de financiamento da industrialização, essa etapa tem um sentido mais profundo, visto que no nos anos 80 a construção do sistema econômico nacional foi interrompida como afirmou Celso Furtado. A busca de um desenvolvimento capitalista tendo como eixo de articulação fundamental o capital internacional desde os anos 50, ao mesmo tempo em que fez avançar a industrialização pesada, colocou a questão nacional a mercê das transformações do padrão de acumulação capitalista como um todo. Se em um primeiro momento a associação das ETN com as burguesias internas, motivadas pelo colonialismo cultural, estabelecia algum tipo de vínculo mais perene com a escala nacional no processo de valorização, exigindo um tipo de mobilidade compatível com a época, ao eclodir a crise estrutural do capital, suas exigências modificaram e o nível de mobilidade requerido aumentou. Com o início da mundialização financeira, o escopo de valorização do capital se organizaria em escala global, em que o subsistema afiliado tem necessariamente que se adaptar.

Esse processo começou a se desenvolver com os endividamentos externos captados pelas filiais estrangeiras no Brasil, que de saída lhes permitia maior mobilidade depois das reformas da ditadura militar, em um processo contínuo de mutabilidade entre as várias formas de acumulação no território nacional. Ao se impor a crise da dívida externa, se modifica também os mecanismos dessa valorização, refletindo um período de longa transição e adaptação da economia brasileira aos novos tempos que só se concluirão nos anos 90. As consequências desse processo deletério podem ser medidas atualmente pela crescente conversibilidade na conta capital no balanço de pagamentos, que permitem regalias de toda ordem para o livre fluxo de capitais diante de arbitragens financeiras com títulos públicos, empréstimos entre empresas, investimentos de portfólio e IDE. Em segundo lugar, temos o domínio pelo mercado das variáveis-chave da macroeconomia, cuja capacidade de controle sobre os destinos internos do país praticamente inexistente diante do tripé: câmbio flutuante determinado pelo fluxo de divisas; superávit primário nas contas públicas para remunerar ganhos especulativos sobre a dívida soberana; e, metas de inflação conquistadas com juros positivos reais como forma de garantir as expectativas de lucros financeiros dos principais

agentes econômicos. Por último, ao unificar-se os interesses internos daquilo que chamamos de complexo multinacional em uma teia de valorização capitalista em escala global, abandonou-se a lógica do desenvolvimento tendo como eixo as forças de intervenção diretas do Estado nacional. Nos dias de hoje, a estratégia de desenvolvimento local-global dos agentes econômicos, colocam em risco as escalas intermediárias de planejamento que animam e dão sentido ao conceito de nação. Nesse horizonte, as disputas por ingresso de investimentos estrangeiros pelas unidades estaduais e/ou municipais exacerbam as incertezas quanto à unidade da federação, assim como potencializam a crise fiscal que impede de reedificar um sistema econômico nacional articulando todas as escalas do espaço nacional. No limite, tal processo é compatível com a intensificação da exploração do trabalho, sacramentando a desagregação social.

Desse modo, a transnacionalização do capital promove uma metamorfose na economia brasileira em que os meios de valorização do complexo multinacional não interagem ou tampouco se organizam pela criação de um sistema econômico dotado dos fins e dos meios capazes de superar o subdesenvolvimento. É a mobilidade conquistada pelo capital que dá sentido a sua fase atual de acumulação, encarnada na dominância de sua face financeira, unificando, inclusive, os interesses locais nas raias da valorização transnacional. Nesses termos, o ocaso do desenvolvimentismo torna-se um fenômeno irreversível.

5. Referências bibliográficas

- CAMPOS, F. A. *A Arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Campinas: 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.
- CHESNAIS, F. (Org.) *A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, Xamã, 1998.
- COUTINHO, L. G. *The Internationalization of oligopoly capital*. Thesis of Doctored. Cornell University, Ithaca, 1975.
- DAVIDOFF CRUZ, P. D. “Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos 70” In: BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. (Orgs.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4.ed. Campinas, Unicamp-IE, 1998.
- _____. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 70*. 2.ed. Campinas, Unicamp-IE, 1999.
- DREIFUSS, R. *1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. *A Internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1986.
- FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo, Global, 2006.

- FURTADO, C. *Formação econômica da América Latina*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.
- _____. *O Mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____. *A Economia latino-americana*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976(a).
- _____. *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976(b).
- _____. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981(a).
- _____. *O Brasil pós-Milagre*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981(b).
- _____. *A Nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. *Cultura e desenvolvimento em tempo de crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- _____. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. *ABC da dívida externa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. *Economia do desenvolvimento [1975]*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.
- GENNARI, A. M. *Réquiem ao capitalismo nacional: lei de remessas de lucros no Governo Goulart*. São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 1999.
- LIMA FILHO, P. A. “Nuvens negras sobre a república: o paraíso em trevas. Desafios à emancipação no Brasil”, *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, <www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/07/palf.htm>, 2007.
- MANTEGA, G. “Expansão e crise na economia brasileira: o papel do capital estrangeiro”. *Caderno Cebrap*, n.28, 1977.
- MELLO, J. M. C. *O Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 11.ed., Campinas-SP, Editora FACAMP, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *A Crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- MICHALET, C. A. *O Capitalismo mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- PEREIRA, J. E. C. *Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966/73*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES (Relatório de Pesquisa nº 27), 1974.
- PREBISCH, R. “Problemas teóricos e práticos do crescimento” In BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, Rio de Janeiro, Record, 2000.
- PRADO Jr., C. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- _____. *A Revolução brasileira* 7.ed. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- REICH, R. B. *O Trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21*. São Paulo, Educator, 1994.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. *Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984*. Campinas: 1988. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.
- _____. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis, Vozes, 1999(a).
- _____. “O Impasse da formação nacional” em FIORI, J. L. (Org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis, Petrópolis, Vozes, 1. ed., 1999(b).
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: (Orgs.) BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4.ed. Campinas, Unicamp-IE, 1998.
- TOLEDO, C. N. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. 11 ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

6. Anexo Estatístico

Figura 1

Brasil: Investimento Direto Estrangeiro no Brasil, 1956-1983

(US\$ Milhões de 2008*)

	A (1)					B**	C	D	E	F	G	H	I	J
	A1	A2	A3	A4	A5	A4 + B	D + E	C - F	(B + F) / I					
				A1 + A2 + A3	A4 - A3									
Moeda	Mercad.	Conv.	Líqu.	Liq. s/ conv.	Rein. (2)	IDE Total	Lucros e Divid. (3)	Royalties e serv. (4)	Total de Remessas.	Saldo	Rep atr. (5)	Estoques (6)	Tx. de Lucro (7)	
1956	230	345	0	575	575	323	898	155	207	362	536	0	12.723	5,4%
1957	269	627	0	895	895	219	1.114	163	182	344	770	6	13.440	4,2%
1958	134	535	0	669	669	109	778	188	201	389	389	0	13.833	3,6%
1959	223	521	0	744	744	204	948	150	192	342	606	0	14.600	3,7%
1960	237	356	0	593	593	234	826	234	240	473	353	0	15.397	4,6%
1961	388	258	0	646	646	233	879	185	257	443	437	0	16.261	4,2%
1962	207	207	0	414	414	378	793	108	174	282	510	0	17.111	3,9%
1963	72	108	0	180	180	341	521	0	24	24	497	0	17.591	2,1%
1964	135	34	0	168	168	348	516	0	36	36	480	0	18.154	2,1%
1965	378	42	0	420	420	503	923	138	24	162	761	0	19.041	3,5%
1966	348	87	0	435	435	499	934	217	29	247	688	0	19.604	3,8%
1967	389	43	0	432	432	222	654	415	74	489	165	0	19.634	3,6%
1968	340	18	0	358	358	272	630	477	397	874	-244	102	20.215	5,7%
1969	715	38	0	753	753	736	1.489	448	515	963	526	16	20.829	8,2%
1970	618	33	0	650	650	117	767	634	554	1.188	-421	35	21.037	6,2%
1971	826	43	0	869	869	2.031	2.900	622	679	1.301	1.599	201	21.275	15,7%
1972	1.593	84	0	1.677	1.677	1.000	2.678	816	766	1.583	1.095	274	14.488	17,8%
1973	4.424	233	0	4.657	4.657	2.440	7.097	949	791	1.740	5.357	195	16.225	25,8%
1974	3.782	199	0	3.981	3.981	1.609	5.590	1.049	893	1.942	3.648	232	19.290	18,4%
1975	3.536	186	200	3.922	3.722	1.057	4.978	840	1.103	1.943	3.035	269	21.371	14,0%
1976	3.278	173	266	3.716	3.450	1.331	5.047	1.243	1.178	2.421	2.626	159	23.703	15,8%
1977	2.435	128	337	2.900	2.563	2.720	5.620	1.417	1.591	3.009	2.612	183	27.930	20,5%
1978	2.725	303	467	3.495	3.028	2.849	6.344	1.648	1.727	3.375	2.969	362	32.812	19,0%
1979	3.806	200	562	4.569	4.007	1.955	6.524	2.007	1.631	3.638	2.886	957	37.256	15,0%

1980	3.193	355	95	3.643	3.548	304	3.947	747	1.470	2.217	1.729	354	38.458	6,6%
1981	3.381	376	4	3.760	3.756	1.564	5.324	781	1.257	2.038	3.287	232	36.903	9,8%
1982	2.108	234	277	2.619	2.342	3.010	5.629	1.132	1.043	2.175	3.454	277	37.231	13,9%
1983	548	235	857	1.640	783	1.318	2.958	1.445	643	2.088	870	300	40.157	8,5%

Observações e Fontes:

* As fontes listadas abaixo foram deflacionadas para preços constantes de 2008, utilizando o IPA/EUA (FMI/IFS);

** Exclui repatriações de capitais e IDE brasileiro no exterior; A modalidade de IDE por conversão foi incluída no balanço de pagamentos a partir de 1978;

Fonte: CAMPOS, 2009.

Figura 2

Brasil: Endividamento Externo e Participação dos Setores, Anos Selecionados

(Participação Percentual)

Objetivo da Operação	1966	1968	1971
Empréstimos Totais	46,9	85,2	78,9
A-Capital de Giro	46,5	84,1	70,9
B-Capital Fixo	0,4	0,8	4,3
C-Capital de Giro + Fixo	-	0,3	3,7
Financiamentos Totais	53,1	14,8	21,1
A-Bens de Capital	51,5	14,8	13,8
B-Bens Intermediários	0,2	-	0,1
C-Bens de Capital + Intermediários	1,4	0,0	7,2
Total	100,0	100,0	100,0
Propriedade da Empresa Devedora			
A-Estrangeira	44,2	76,3	60,0
B-Pública	46,4	6,3	3,9
C-Nacional Privada	6,5	13,1	20,9
D-Indeterminada	2,9	4,3	15,2

Total	100,0	100,0	100,0
Natureza do Credor			
A-Agência Financeira Internacional ou Pública	1,6	1,9	-
B-Banco ou Agência. Financeira. Privadas	29,3	44,0	64,8
C-Corporação não-Financeira Privada	69,1	54,1	35,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PEREIRA, 1974.

Figura 3

Brasil: Tomadores de Endividamento Externo, 1972-1981

(US\$ Milhões, porcentagens)

Empréstimos em Moeda via Lei 4131/64																				
	72		73		74		75		76		77		78		79		80		81	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
Setor Privado	1874	75	1.718	60	2.012	65	1.872	50	1.873	49	2.357	49	3.512	40	2007	23	1.124	23	2.311	31
<i>Privado Nacional</i>	681	27	656	23	432	14	235	7	40	4	293	6	466	5	554	6	176	4	428	6
<i>Privado Externo</i>	1.194	48	1.063	37	1.580	51	1.673	43	1.733	45	2.064	43	3.046	35	1.453	17	948	20	1.883	25
Total	2.498		2.849		3.110		3.773		3.826		4.857		8829		8.650		4811		7.597	

Fonte: DAVIDOFF CRUZ, 1998.